



COLECCIÓN CONOCIMIENTO CONTEMPORÁNEO

# Investigación y transferencia de las ciencias sociales frente a un mundo en crisis

Coordinadores

Manuel Bermúdez Vázquez  
Alfonso Chaves Montero

*Dykinson, S.L.*

INVESTIGACIÓN Y TRANSFERENCIA DE LAS CIENCIAS SOCIALES  
FRENTE A UN MUNDO EN CRISIS

INVESTIGACIÓN Y TRANSFERENCIA  
DE LAS CIENCIAS SOCIALES  
FRENTE A UN MUNDO EN CRISIS

Coordinadores

Manuel Bermúdez Vázquez  
Alfonso Chaves Montero

*Dykinson, S.L.*

2022

INVESTIGACIÓN Y TRANSFERENCIA DE LAS CIENCIAS SOCIALES FRENTE A UN  
MUNDO EN CRISIS

Diseño de cubierta y maquetación: Francisco Anaya Benítez

© de los textos: los autores

© de la presente edición: Dykinson S.L.

Madrid - 2022

N.º 44 de la colección Conocimiento Contemporáneo

1ª edición, 2022

ISBN 978-84-1377-924-9

NOTA EDITORIAL: Las opiniones y contenidos publicados en esta obra son de responsabilidad exclusiva de sus autores y no reflejan necesariamente la opinión de Dykinson S.L ni de los editores o coordinadores de la publicación; asimismo, los autores se responsabilizarán de obtener el permiso correspondiente para incluir material publicado en otro lugar.

## AJUSTAMENTO PSICOEMOCIONAL DE CRIANÇAS E JOVENS PORTUGUESES INTEGRADOS EM DISTINTAS TIPOLOGIAS DE AGREGADO

---

FÁTIMA GAMEIRO

*Instituto de Serviço Social/ULHT*

PAULA FERREIRA

*Instituto de Serviço Social/ULHT*

ANA PEDRO

*Santa Casa da Misericórdia de Santarém*

### 1. INTRODUÇÃO

Na interação as crianças desenvolvem a (auto)regulação emocional, construindo modelos internos, cujos resultados são representações sobre os outros, sobre si mesma e o seu próprio valor (Candeias et al., 2018). O desenvolvimento humano salutogénico requer equilíbrio psicológico e social e este parece ser determinado pela qualidade das interações interpessoais. As relações com figuras de referência exercem assim um poder significativo no ajustamento psicoemocional e relacional desde a primeira infância até à adolescência (Blakely-McClure & Ostrov, 2016). É reconhecido que vários fatores podem influenciar a forma como cada criança/jovem se autoavalia e vivencia o seu autoconceito, a sua autoestima, a perceção de suporte social e a conduta, tendo as relações familiares um papel de grande destaque (Giovanelli & Reynolds, 2021). Este papel pode ter uma influência, direta e indireta, no ajustamento psicoemocional das crianças e dos jovens.

A família é a mais antiga instituição social criada pela humanidade. Representa a união entre pessoas que possuem laços sanguíneos, de convivência e baseados no afeto. Ao longo da história, assumiu diversos significados, logo não se trata de um conceito rígido ou imutável. Atualmente encontramos famílias tradicionais, que seguem o modelo

patriarcal, mas também famílias que não se enquadram nesse modelo. Os vários tipos de família atuais dão a conhecer à sociedade novas dinâmicas familiares, as quais se vão refletindo numa evolução que pode consistir em novas formas congruentes de viver que até então eram desconhecidas.

No ano de 2020 existiam em Portugal 4 068 87 agregados domésticos privados, de acordo com Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022).

Por família biológica ou também designada por nuclear intacta, entende-se que coabitem na mesma casa pais e filhos, ou seja, que se encontrem os subsistemas individual, conjugal, parental, filial e, no caso de existir mais do que um filho, fraternal, em que cada subsistema tem funções específicas e delimitadas (Calil, 1987). Para Alarcão (2002), este conjunto de elementos estão ligados por laços biológicos e afetivos e realizam atividades em conjunto.

De acordo com dados do INE (2022) existiam no ano de 2020, 1 431 847 famílias com filhos em Portugal.

Shek, Xie e Lin desenvolveram em 2015 um estudo que teve como objetivo estudar as diferenças de funcionamento entre as famílias biológicas e outras tipologias familiares junto de 3151 adolescentes, sendo que 2616 se integravam em famílias biológicas e 535 em outras tipologias familiares. Concluíram que os adolescentes integrados em famílias biológicas percecionam-se como tendo uma melhor comunicação e como tendo menos conflitos do que as restantes famílias. Os adolescentes integrados em famílias biológicas revelam ter maior controlo parental, manifestam possuir um controlo psicológico mais elevado e revelam-se mais satisfeitos com o controlo exercido pelos pais do que os adolescentes de outras tipologias familiares.

Almeida realizou em 2014 um estudo junto de 70 agregados familiares (70 filhos adolescentes, 67 mães e 40 pais), com o objetivo de analisar o modo como se relaciona a perceção dos adolescentes e dos pais sobre o tipo de funcionamento familiar e o autoconceito dos filhos, nas diferentes tipologias familiares. Utilizou um protocolo composto por duas escalas, a Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar II (FACES-II) e a Escala de Autoconceito de Piers-Harris (PHCSCS-2).

Como resultados, não encontrou diferenças estatisticamente significativas nas diferentes configurações familiares ao nível do funcionamento familiar percebido, à exceção dos adolescentes que percebem o funcionamento familiar de uma forma mais negativa do que os pais. Contudo, e apesar de não existirem diferenças estatisticamente significativas, as famílias biológicas apresentam níveis de coesão e adaptabilidade mais satisfatórios do que as restantes tipologias familiares (monoparentais, reconstituídas e alargadas). Verificou ainda relativamente ao autoconceito, que este se altera nas várias tipologias familiares, sendo que os adolescentes das famílias biológicas apresentam uma percepção de autoconceito superior. Desta forma, verificou-se que a percepção do autoconceito do adolescente está relacionada com a percepção do funcionamento familiar, sendo que quanto mais funcional a família se percebe, maior é o seu autoconceito.

Quanto à família monoparental, o subsistema parental está representado por um dos elementos, isto é, os filhos vivem apenas com um dos pais e este pode surgir da ocorrência de uma crise, separação ou divórcio, viuvez ou progenitor solteiro (Alarcão, 2002). De acordo com dados do INE (2022), no ano de 2020 existiam 470 654 famílias monoparentais em Portugal. Grzybowski desenvolveu em 2003 um estudo com 51 mulheres de classe média, divorciadas com a guarda dos filhos, que teve como objetivo estudar as famílias monoparentais femininas quanto a cinco áreas da satisfação: económica/profissional, psicológica, afetivo-sexual, parental e de apoio social, avaliado com uma escala construída pelo autor. Concluiu, de uma forma geral, que as famílias monoparentais se encontram mais insatisfeitas relativamente aos tipos de relacionamento profissionais, afetivos, familiares ou de amizade, revelando uma forte tendência para a fusão da díade mãe-filho. Um outro estudo realizado por Lucas em 2012 com 43 mães de famílias monoparentais, com uma média de idade de 38 anos, solteiras ou divorciadas/separadas teve como objetivo analisar a percepção que as famílias monoparentais femininas têm das suas forças familiares, do suporte social e da sua saúde mental. Utilizou um protocolo composto pelo Questionário das Forças Familiares (QFF), pela Escala de Apoio Social (EAS) e pelo Inventário de Saúde Mental (MHI5). Obteve como resultados uma boa

percepção, por parte das mulheres, ao nível das forças familiares, do suporte social e da sua saúde mental, sendo que as variáveis se correlacionam entre si de uma forma positiva e significativa. As mães com um menor número de filhos e as que percebem um bem-estar psicológico apresentam uma melhor percepção das forças familiares, em comparação com as mães que têm um maior número de filhos e que estão em aparente sofrimento psicológico.

Segundo o INE (2022) existem 342 476 ‘outros’ tipos de agregados, onde se integram as famílias reconstituídas. Para Marangoni e Júnior (2011), as famílias reconstituídas têm origem num casamento em que pelo menos um dos cônjuges já foi casado e teve outra família da qual resultam filhos. Segundo Alarcão (2002), as famílias reconstituídas incluem pessoas que já tiveram famílias nucleares e que atualmente formaram outra família. Kennett (2001) realizou um estudo que teve como objetivo avaliar os efeitos dos papéis parentais e a influência que a idade e o sexo dos filhos têm no funcionamento familiar desta tipologia. Aplicou um protocolo constituído por três instrumentos, Escala de Ajustamento Diádico (DAS), da Escala do Ambiente Familiar (FES) e do Questionário de Papéis e Comportamentos Parentais (PRBQ) a 120 indivíduos de 33 famílias reconstituídas. Obteve como resultados que os papéis e comportamentos parentais eram executados de acordo com as expectativas/estereótipos convencionais. No entanto, os enteados mais velhos tendem a visualizar-se de uma forma mais negativa no que respeita ao seu funcionamento, tal como os padrastos no que respeita às suas funções parentais com os filhos mais velhos. O autor conclui que o funcionamento familiar nas famílias reconstituídas é influenciado pelo funcionamento do casal, pelo sexo do enteado mais velho, sendo que o funcionamento é melhor quando o enteado mais velho é do sexo feminino, e pelo nível de concordância entre os membros da família relativamente aos valores parentais.

Os contextos de risco e perigo para as crianças e jovens assumem um carácter epidemiológico relevante na sociedade atual. Em Portugal, tendo em consideração o Relatório de Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) de 2020 (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e



Jovens/CNPDPJC, 2021) existem 69 622 processos de promoção e proteção, sendo que 66 529 crianças e jovens beneficiaram de intervenção pelas CPCJ e destas, 24 531 beneficiaram de medidas aplicadas ou em execução (45% raparigas e 55% rapazes), tendo sido aplicada a medida de Acolhimento Residencial após acordo de promoção e proteção a 4,7% das crianças/jovens avaliadas. Segundo a mesma fonte (2021), as principais situações de perigo na infância e juventude comunicadas à CPCJ em 2020 estiveram associadas sobretudo à negligência (34,20%), violência doméstica (31,9%), direito à educação (15,3%) e a comportamentos de perigo na infância e juventude (em que estes, de forma grave e continuada, tendem a comportar-se de maneira a prejudicar a sua integridade física e/ou psicológica ou de outras pessoas) (18,60%)<sup>21</sup>.

Estudos sobre o contexto familiar revelam que os cuidadores de crianças/jovens envolvidas no sistema de proteção infantojuvenil apresentam elevados níveis de problemas cognitivos (McConnell et al., 2011), que constituem uma condição de vulnerabilidade para o desempenho da parentalidade (Bayer et al., 2011), pela interação entre as crianças/jovens desafiadoras com a vulnerabilidade parental (Sameroff, 2009) e pela interação complexa entre fatores biológicos, psicológicos, comportamentais e contextuais (O'Connor & Scott, 2007).

De acordo com Siqueira e Dell'Aglio (2010), a colocação num contexto não familiar e a permanência longe da família de origem pode atuar como mais uma violência para as crianças/adolescentes que passaram por situações de fragilidade ao longo de seu desenvolvimento. Segundo Oliveira e Próchno (2010), a situação de acolhimento residencial interfere na vinculação afetiva de modo significativo em crianças/jovens. Adolescentes que passaram parte do seu desenvolvimento em Casa de Acolhimento podem ter o seu pensamento comprometido, mais concretamente, o seu desenvolvimento cognitivo (Velarde & Martínez, 2008). Na mesma direção, Sigal et al. (2003) afirmaram que a experiência de institucionalização prolongada e precoce pode trazer prejuízos graves ao desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Também o tempo de

---

<sup>21</sup> Estas situações enquadram-se na tipologia de situação de perigo definida pela CNPDPCJ (2021).

institucionalização pode influenciar a rede de apoio, especialmente quanto à percepção de proximidade e qualidade das relações, visto que um maior tempo de institucionalização pode-se associar a pior percepção de proximidade nas relações e menor número de contatos na rede de apoio (Siqueira & Dell’Aglío, 2010). Lausten e Fredriksen, em 2016, concluíram que o bem-estar subjetivo de crianças em Casa de Acolhimento é significativamente menor do que o das crianças que vivem nas famílias de origem e que crianças institucionalizadas são mais propensas ao absentismo e ao abandono escolar mesmo quando comparadas com outras crianças em situações vulneráveis (Berridge et al., 2020).

Quanto aos fatores de proteção no acolhimento residencial, Albornoz (2009) refere que a institucionalização pode funcionar como recurso terapêutico para a recuperação de crianças/adolescentes vítimas de abandono e abuso, uma vez que, nesse contexto, podem ser resgatadas as experiências de cuidado afetivo, não permitindo que vivências de privação anteriores sejam incapacitantes. Carvalho e Manita (2010) verificaram que, após um período de adaptação inicial, as crianças acolhidas revelaram uma percepção positiva em relação à vida na instituição e uma valorização positiva da instituição enquanto lar que os acolhe. Diversos estudos têm apresentado resultados indicativos de presença de processos de resiliência na construção de novas relações afetivas estabelecidas após a institucionalização, tanto com pares, sobretudo irmãos, como com adultos entre adolescentes em situação de acolhimento residencial (Dalbem & Dell’Aglío, 2008). Além disso, segundo Weber (2007), crianças/adolescentes institucionalizados que vivem num ambiente com rotinas e regras claras, podem promover o seu repertório emocional, cognitivo e comportamental, o que facilita o seu desempenho escolar e social. Apesar da complexidade de fatores de risco e proteção envolvidos na institucionalização, há estudos que demonstram as alterações no ambiente e qualidade do atendimento destes locais (Siqueira & Dell’Aglío, 2010), sendo que estas têm-se mostrado, no decorrer dos anos, mais adequadas no atendimento, no acompanhamento e na proteção de crianças/adolescentes.

Na perspectiva bioecológica, o desenvolvimento humano constitui-se de forma mais ampla, sendo influenciado pela pessoa (disposições - gerais

e disruptivas; recursos - competências e disfunções; demandas - positivas e negativas) e pelo processo (Microsistema; Mesosistema; Exossistema e Macrossistema). Aspeto importante promotor do desenvolvimento emocional é a relação com alguém que se importe genuinamente pela criança/adolescente e estabeleça uma relação de proximidade com ela (Bronfenbrenner, 2011). Diversos estudos que consideram a perspectiva contextual do desenvolvimento têm demonstrado que ser acolhido temporariamente em Casa de Acolhimento pode contribuir para que a criança/adolescente constitua uma rede de apoio satisfatória, capaz de propiciar sentimento de confiança e processos proximais que favorecem o seu desenvolvimento psicológico e social (Dalbem & Dell’Aglío, 2008; Siqueira & Dell’Aglío, 2010).

Segundo a literatura, o contexto familiar tem assim um papel crucial no desenvolvimento holístico da criança/adolescente, surgindo com conotação de refúgio, onde predominam sentimentos de intimidade, afetividade, solidariedade e privacidade, ou como o de um lugar de inautenticidade, dominando sentimentos de opressão, obrigação, egoísmo, sendo neste caso, a família geradora de conflitos e de violência (Ramos, 1993). A família é o primeiro grupo social de pertença do indivíduo, devendo oferecer modelos de comportamento e de conduta social. Para a equipa de Bandeira (2006), os comportamentos problemáticos encontram-se relacionados com os estilos parentais adotados na educação das crianças. Desta forma, pais das crianças que apresentam comportamentos problemáticos são mais diretivos, têm menos contato com os filhos e possuem menor responsabilidade. O estudo de Ferreira e Marturano (2002) demonstrou que crianças com comportamentos problemáticos apresentam maiores dificuldades nas relações parentais. Os pais destas crianças adotam estilos parentais reativos e caracterizam-se por interações negativas, menor preocupação com a segurança e necessidades dos filhos, e pelo uso de ameaças e agressão física. Assim, de acordo com Bolsoni-Silva e colaboradores (2008) torna-se necessário aumentar a frequência de habilidades sociais educativas parentais, uma vez que estas podem prevenir os problemas de comportamento dos filhos. Se os pais possuírem as habilidades sociais necessárias, podem utilizar práticas educativas mais eficazes, como o estabelecimento de limites em

detrimento de práticas punitivas e a adoção de modelos de comportamento socialmente habilidoso.

## 2. OBJETIVOS

Tendo em consideração a diversidade de análises compreensivas e de resultados encontrados na literatura, este estudo tem como objetivo comparar o ajustamento psicoemocional de crianças/jovens portugueses que vivem em distintas tipologias de agregado (Casa de Acolhimento; Família Biológica; Família Monoparental; Família Reconstituída).

## 3. METODOLOGÍA

### 3.1. PARTICIPANTES

A amostra foi constituída por 250 crianças/jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 21 anos de idade, sendo a média de idades de 16,43 (DP= 2,84), 63 a residir em casa de acolhimento, com medida de promoção e proteção em acolhimento residencial (25,2%), 129 em família biológica (51,6%), 33 em família monoparental (13,2%) e 25 em família reconstituída (10%), sendo a maioria do sexo feminino (55,2%).

### 3.2. DELINEAMENTO

Tratando-se de um estudo comparativo, definiram-se como variáveis dependentes os resultados do autoconceito (Escala de Avaliação do Autoconceito de *Piers-Harris*) e da autoestima (Escala de Autoestima de *Rosenberg*), e como variável independente a tipologia de agregado (Casa de Acolhimento; Família Biológica; Família Monoparental; Família Reconstituída).

### 3.3. INSTRUMENTOS

A Escala de Avaliação do Autoconceito de *Piers-Harris* (PHCSCS-2, Piers & Hertzberg, 2002, aferição portuguesa de Veiga & Domingues, 2012) foi utilizada para avaliar a perceção de autoconceito. Constituída

por 30 itens, com respostas em formato de escala tipo likert de 1 a 6, sendo o 1, discordo totalmente; 2, discordo muito; 3, mais em desacordo do que em acordo; 4, mais de acordo do que em desacordo; 5, concordo muito; e 6, concordo totalmente. Permite aceder ao valor de autoconceito total e das suas seis dimensões: ansiedade; aparência física; comportamental; popularidade; felicidade; e estatuto intelectual.

A Escala de Autoestima de *Rosenberg* (EACRR, Rosenberg, 1989; Corcoran, & Fischer, 2000, aferição portuguesa de Pechorro et al, 2011), utilizou-se para avaliar a perceção de autoestima. Constituída por dez itens, com respostas numa escala de 0 a 3, sendo o 0, discorda fortemente; o 1, discorda; o 2, concorda; e o 3, concorda fortemente. Permite aceder ao valor de autoestima total.

#### 3.4. PROCEDIMENTO

Após aprovação institucional foi solicitado o consentimento informado e o protocolo foi administrado de forma presencial às crianças e jovens em acolhimento residencial e via *online* (através do *Googleforms*) às crianças e jovens em contexto familiar.

#### 4. RESULTADOS

Foram analisadas as diferenças entre os grupos, crianças/jovens a residir em distintas tipologias de agregado familiar (Família Biológica; Família Monoparental; Família Reconstituída) e em acolhimento residencial, em relação às variáveis dependentes (autoconceito e autoestima), através do teste ANOVA a um fator.

Como resultados, verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas ( $F(3;245=19,76)$ ;  $p=.000$ ) relativamente ao autoconceito total entre as crianças e jovens que habitam em acolhimento residencial ( $M=102,36$ ;  $DP=23,94$ ) e em famílias biológica ( $M=123,75$ ;  $DP=15,99$ ), monoparental ( $M=119,98$ ;  $DP=16,57$ ) e reconstituída ( $M=122,09$ ;  $DP=16,67$ ).

No que concerne às dimensões do autoconceito, verificou-se que só não existem diferenças estatisticamente significativas relativamente à

ansiedade ( $F(3;246)=0,103$ ;  $p=.96$ ). Contudo, existem diferenças nas restantes dimensões. Verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas ( $F(3;246)=3,26$ ;  $p=.02$ ) relativamente à dimensão aparência física entre as crianças e jovens que habitam em acolhimento residencial ( $M=3,85$ ;  $DP=1,28$ ) e em famílias biológica ( $M=4,32$ ;  $DP=.91$ ), monoparental ( $M=4,23$ ;  $DP=.91$ ) e reconstituída ( $M=4,30$ ;  $DP=.88$ ). Também existem diferenças estatisticamente significativas ( $F(3;246)=20,42$ ;  $p=.000$ ) relativamente à dimensão comportamental entre as crianças e jovens que habitam em acolhimento residencial ( $M=3,76$ ;  $DP=1,42$ ) e em famílias biológica ( $M=4,84$ ;  $DP=.67$ ), monoparental ( $M=4,73$ ;  $DP=.66$ ) e reconstituída ( $M=4,72$ ;  $DP=.76$ ). Na dimensão popularidade também se encontraram diferenças estatisticamente significativas ( $F(3;246)=16,82$ ;  $p=.000$ ) entre as crianças e jovens que habitam em acolhimento residencial ( $M=3,66$ ;  $DP=1,24$ ) e em famílias biológica ( $M=4,79$ ;  $DP=.95$ ), monoparental ( $M=4,58$ ;  $DP=.97$ ) e reconstituída ( $M=4,34$ ;  $DP=1,09$ ). Também na dimensão felicidade, as diferenças são estatisticamente significativas ( $F(3;246)=18,19$ ;  $p=.000$ ) entre as crianças e jovens que habitam em acolhimento residencial ( $M=3,52$ ;  $DP=1,36$ ) e em famílias biológica ( $M=4,66$ ;  $DP=.88$ ), monoparental ( $M=4,27$ ;  $DP=.90$ ) e reconstituída ( $M=4,56$ ;  $DP=.77$ ) e na dimensão estatuto intelectual, entre as crianças e jovens que habitam em acolhimento residencial ( $M=3,57$ ;  $DP=1,31$ ) e em famílias biológica ( $M=4,75$ ;  $DP=.79$ ), monoparental ( $M=4,23$ ;  $DP=.85$ ) e reconstituída ( $M=4,47$ ;  $DP=.81$ ) as diferenças também se revelaram estatisticamente significativas ( $F(3;246)=18,19$ ;  $p=.000$ ) (Tabela 1).

**Tabela 1 – Diferenças no Autoconceito (AC) por Tipologia de Família**

	Grupo-Tipologia de Família							
	Casa de Acolhimento		Família Biológica		Família Monoparental		Família Reconstituída	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
ACTotal	102,36**	23,94	123,75**	15,99	119,98**	16,57	122,09**	16,67
AC Ansiedade	3,46	1,23	3,37	1,07	3,43	1,09	3,39	1,10
AC_Aparência Física	3,85*	1,28	4,32*	0,91	4,23	0,91	4,30	0,88
AC- Comportamental	3,76**	1,42	4,84**	0,67	4,73**	0,66	4,72**	0,76
AC Popularidade	3,66**	1,24	4,79**	0,95	4,58**	0,97	4,34**	1,09
AC- Felicidade	3,52**	1,36	4,66**	0,88	4,27**	0,90	4,56**	0,77
AC- Estatuto Intelectual	3,57**	1,31	4,75**	0,79	4,23**	0,85	4,47**	0,81

\* $p=0,02$ ; \*\* $p = 0,000$  Fonte: elaboração própria (2021)

Quanto à autoestima também se encontraram diferenças estatisticamente significativas ( $F(3;246)=10,223$ ;  $p=.000$ ) entre as crianças e jovens em acolhimento residencial ( $M=15,29$ ;  $DP=6,72$ ) e as crianças e jovens que habitam em família biológica ( $M=20,09$ ;  $DP=5,39$ ), família monoparental ( $M=18,70$ ;  $DP=5,03$ ) e em família reconstituída ( $M=20,08$ ;  $DP=6,31$ ) (Tabela 2).

**Tabela 2 – Diferenças na Autoestima por Tipologia de Família**

	Grupo-Tipologia de Família							
	Casa de Acolhimento		Família Biológica		Família Monoparental		Família Reconstituída	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Autoestima Total	15,29**	6,72	20,09**	5,39	18,70*	5,03	20,08*	6,31

\*\* $p = 0,000$  Fonte: elaboração própria (2021)

## 5. DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo comparar o ajustamento psicoemocional de crianças/jovens que vivem em distintas tipologias de agregado. Concluiu-se que as crianças/jovens integradas em acolhimento residencial apresentam um autoconceito e uma autoestima mais fragilizado do que as que se encontram enquadradas nos distintos contextos familiares. Também se verificou que, à exceção da dimensão ansiedade, que se revela preocupante em todas as crianças/jovens que constituem a amostra, em todas as dimensões do autoconceito são as integradas em acolhimento residencial aquelas que se apresentam mais fragilizadas, quando comparadas com as distintas tipologias de família. Estes resultados encontram-se em linha com a literatura, que tem vindo a demonstrar que crescer em família pode funcionar como um fator protetor em crianças e adolescentes (Gonçalves, Baptista, & Farcas, 2016) e que o bem-estar subjetivo destas em acolhimento residencial é significativamente menor do que as que vivem nas famílias de origem (Lausten & Fredriksen, 2016).

Os resultados desta investigação vêm confirmar a literatura que defende estas fragilidades no acolhimento residencial e levanta preocupações acrescidas. Todas as crianças/jovens que integraram o estudo revelam fragilidades ao nível da gestão da ansiedade, sendo que as que se encontram em acolhimento residencial manifestam-se mais desajustados psicologicamente. Pelo que é urgente intervir de forma transdisciplinar junto desta população, promovendo competências pessoais, relacionas e sociais.

Foi com este objetivo que surgiu a necessidade de conceptualizar, aplicar e validar um novo modelo de intervenção em Casa de Acolhimento Residencial (CAR) que se centre numa perspetiva de promoção de fatores protetores, por forma a dar resposta às fragilidades desta população e promover a qualidade do Acolhimento Residencial para crianças e jovens em perigo em Portugal. O D'AR-TE é um projeto piloto ao nível do modelo de intervenção em Casa de Acolhimento Residencial que pretende ser uma resposta inovadora, com integração sistémica de um conjunto de atividades de estimulação que visam o fomento de



competências pessoais, de socialização interpessoal e de estímulo das relações. Tem como objetivo principal promover fatores protetores que previnam e minimizem comportamentos de risco e situações de (re)incidência da agressão. As atividades do D'AR-TE, dirigidas a 24 crianças e jovens em CAR, situam-se em torno de 2 eixos.

O eixo “Promover o EU” inclui o Desporto (Judo e Ioga); um espaço de Arte (teatro/curta-metragem, música e expressão corporal/dança) e a Realidade Virtual (criação, desenvolvimento e utilização de ferramentas inovadoras de realidade virtual para promoção de funções executivas).

O Judo concretiza-se através de sessões orientadas por um mestre, com dois grupos, um com 12 crianças e outro com 24 jovens (12 da CAR e 12 pares da comunidade). Visa aumentar a coordenação motora, o domínio corporal, o trabalho de grupo/cooperativismo, a competição sã/leal, a autoconfiança, o autoconceito, a autoestima, a capacidade de resolução de problemas, a capacidade de controlo inibitório e a capacidade de planificação. Pretende promover esta prática, em conjunto com pares não acolhidos, num espaço que até então tem sido alvo de estigmas negativos, colocando numa posição central o respeito pelas pessoas e pelos locais de prática, desenvolver uma cultura que favorece o domínio de si, diminuindo comportamentos impulsivos e a violência e potenciando a tomada de decisão consciente (Hokino & Casal, 2001) e o sentimento de cooperação e respeito mútuo. O Ioga aparece como uma resposta às crianças mais pequenas. Concretiza-se através de sessões semanais, de 30 a 45 minutos, dirigidas às crianças da CAR orientadas por uma professora, com 3 grupos: um para os bebés, um para crianças entre os 2/4 anos e um dos 5/11 anos. Pretende promover a coordenação motora, o domínio corporal, a tranquilidade e a harmonia interior da criança. Com recurso à música, jogos cooperativos, escrita criativa, expressão corporal, expressão plástica e educação ambiental, é promovido o reconhecimento da forma como a criança está interligada com o mundo.

A Arte envolve oficinas de teatro/curtas-metragens, música e expressão corporal/dança, fomentando estratégias de comunicação assertivas, o trabalho de grupo/cooperativismo, promovendo a autoconfiança, o

autoconceito, a autoestima e estimulando a criatividade. Pretende ser um espaço de desenvolvimento da expressividade das crianças/jovens numa esfera pessoal, social e cultural como componente educativa, inclusiva e terapêutica. Isto porque, de acordo com Sousa (2003), a educação artística é promotora da dimensão afetiva e emocional. O Ministério da Educação (ME, 2001) evoca o jogo, a imaginação, a razão e a emoção, influenciando a forma como crianças e jovens irão efetuar as suas aprendizagens, comunicar e interpretar o contexto em que se inserem. A arte promove ainda a autoestima, a autoperceção positiva e a autoeficácia (Freedman, 2003), possibilitando às crianças e aos jovens desenvolverem capacidades e competências cognitivas e metacognitivas (Sousa, 2003), assim como pode promover a (re)construção de significados e novos modos de perspetivar a realidade (Leontiev, 2000). Através da especificidade das suas áreas e modos próprios de pensar e de fazer arte, as oficinas pretendem promover o *aprender a aprender* e o *aprender a ser*, desenvolvendo capacidades de análise crítica, resolução de problemas e curiosidade pelos fenómenos (Hetland et al., 2007).

O eixo “Promover o EU”, inclui ainda a criação, desenvolvimento e utilização de ferramentas de realidade virtual (RV), desenvolvidas especificamente para o D’AR-TE, com cenários motivadores, com várias etapas e com níveis de dificuldade aumentada a cada etapa, através da parceria com a Universidade Lusófona. As sessões de RV são individuais, com a duração de 30 minutos a desenvolver no laboratório de competências da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, sob orientação de um neuropsicólogo. Visam aumentar o desempenho ao nível das funções executivas, como o controlo inibitório, a flexibilidade cognitiva, a tomada de decisão/resolução de problemas e o planeamento com recurso ao ambiente de RV. Pretende inovar no sentido de estimular cognitivamente as crianças/jovens através de um ambiente de imersão, aproximando-se aos interesses e motivações das crianças/jovens, mas em simultâneo estimulando as suas capacidades cognitivas, que a literatura tem identificado como comprometidas e que tanto influenciam o seu (des)equilíbrio.

O eixo “Promover o NÓS”, integra atividades grupais, com famílias e com pares não institucionalizados. Com as famílias, visando promover

a eficácia da partilha, a comunicação assertiva pais-filhos e inter-famílias, e potenciar o estabelecimento de fronteiras educativas entre adultos e crianças/jovens. Serão realizadas sessões de parentalidade positiva, nas instalações da CAR ou no domicílio; workshop's de Judo e de Artes. Com os pares serão também desenvolvidas atividades desportivas, artísticas e recreativas, que visam promover quebras de ciclos de isolamento relacional e social e diminuir o estigma social da institucionalização que ocorrerão em três *bootcamps*, culminando na promoção da partilha entre jovens em ambiente neutro.

É também de valorizar a intervenção com as famílias, as equipas técnicas e a comunidade escolar, dotando-as de ferramentas e estratégias para intervir com todas as crianças/jovens das distintas tipologias de agregado familiar.

## 6. CONCLUSÕES

Como conclusão, verificou-se que o autoconceito e a autoestima são mais elevados nas crianças e jovens que habitam em família biológica, seguidos pelas que se encontram a residir em família reconstituída, depois os enquadrados em família monoparental e por último, as que apresentam um ajustamento emocional mais fragilizado, são as integradas em acolhimento residencial. Logo, é urgente intervir de forma multidisciplinar junto das crianças e jovens e das respetivas famílias monoparentais, reconstituídas e equipas técnica e educativa de acolhimento residencial promovendo o ajustamento emocional enquanto variável de proteção do seu desenvolvimento psicoemocional, relacional e social. Tendo em consideração que as crianças e jovens com medida de acolhimento residencial são as mais fragilizadas, torna-se premente desenvolver o seu ajustamento psicoemocional, desenvolvendo e validando um modelo de intervenção concertado que promova a sua resiliência e capacitação: o projeto D'AR-TE.

## 7. AGRADECIMENTOS/APOIOS

Entidade Financiadora: Portugal Inovação Social. Cofinanciamento: POISE (Programa Ocupacional Inclusão Social e Emprego), PORTUGAL 2020; UE (União Europeia) – FSE (Fundo Social Europeu) e pelos Investidores Sociais: Associação Dom Pedro V; Câmara Municipal de Santarém; Diversey Portugal; Crédito Agrícola; Softgold. Parceiros: Instituto Politécnico de Santarém- Escola Superior de Educação de Santarém e Escola Superior de Desporto de Rio Maior; Universidade Lusófona- Instituto de Serviço Social e HEI Lab; Noémia Igreja, Lda.; Projeto Mya; Associação de Judo de Santarém.

## 8. REFERÊNCIAS

- Alarcão, M. (2002). Desenvolvimento familiar. In Alarcão, M. (*Des)equilíbrios familiares* (pp. 107-219). Quarteto Editora.
- Almeida, I. (2014). Configuração familiar, percepção de funcionamento familiar e autoconceito adolescente. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, no Ramo de Especialização em Psicoterapia e Psicologia Clínica, apresentada à Escola Superior e Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.
- Albornoz, A. C. G. (2009). Perspectivas no abrigo de crianças e adolescentes vitimizados. In S. Rovinski & R. Cruz (Eds.). *Psicologia jurídica: Perspectivas teóricas e processos de intervenção* (pp.181-194). São Paulo: Vetor.
- Bandeira, M., Rocha, S., Sousa, T., Del Prette, Z., & Del Prette, A. (2006). Comportamentos problemáticos em estudantes do ensino fundamental: Características da ocorrência e relação com habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem. *Estudos de psicologia*, 11(2), 199-208.
- Bayer, J., Ukoumunne, O., Lucas, N., Wake, M., Scalzo, K., & Nicholson, J. (2011). Risk factors for childhood mental health symptoms: national longitudinal study of Australian children. *Pediatrics*, 128, 865–879. doi: 10.1542/peds.2011-0491
- Berridge, D., Luke, N., Sebba, J., Strand, S., Cartwright, M., Staples, E., McGrath-Lone, L., Ward, J., & O’Higgins, A. (2020). *Children in need and children in care: Educational attainment and progress*. University of Oxford, Department of Education/University of Bristol.

- Blakely-McClure, S. & Ostrov, J. (2016). Relational aggression, victimization and self-concept: Testing pathways from middle childhood to adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 45, 376-390.  
<http://doi.10.1007/s10964-015-0357-2>
- Bolsoni-Silva, A., Salina-Brandão, A., Versuti-Stoque, F., & Rosin-Pinola, A. (2008). Avaliação de um programa de intervenção de habilidades sociais educativas parentais: Um estudo-piloto. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 28 (1), 18-33.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Calil, V., (1987). O modelo sistêmico. In Calil, *Terapia familiar e de casal* (pp. 17-33). Summus Editorial. Candeias, A., Portelada, A., Vaz-Velho, C., Galindo, E., Pires, H., Borralho, L.,
- Grácio, L. Costa, N., Reschke, K., & Witruk, E. (2018). Multiple approaches to the study and Intervention in Stress. *Proceedings of the International Seminar: Multiple Approaches to the study and Intervention in stress*. Universidade de Évora.
- Carvalho, T., & Manita, C. (2010). Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. In C. Nogueira, I. Silva, L. Lima, A. Almeida, R. Cabecinhas, R. Cascio, C., Moore, D., & McGlone, F. (2019). Social touch and human development. *Developmental Cognitive Neuroscience*, 35, 5–11, doi:10.1016/j.dcn.2018.04.009
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2021). *Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ- 2020*. Retirado de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Dalbem, J., & Dell’Aglío, D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, 39(1), 33-40.
- Ferreira, M. & Marturano, E. (2002). Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 35-45.
- Freedman, K. (2003). *Teaching visual culture: Curriculum, aesthetics and the social Life of Art*. Nova York: Teachers College, Columbia University.
- Giovanelli, A., & Reynolds, A. J. (2021). Adverse childhood experiences in a low-income black cohort: The importance of context. *Preventive Medicine*, 148, 106557.

- Gonçalves, M., Baptista, M. N., & Farcas, D. (2016). IPSF: Análise da estrutura interna em uma amostra de jovens adultos portugueses. *Avaliação Psicológica*, 15(1), 115-123.
- Grzybowski, L. (2003). Famílias monoparentais: Reflexo da pós-modernidade?. In P. Guareschi, A. Pizzinato, L. Krüger, & M. Macedo, *Psicologia em questão: reflexões sobre a contemporaneidade* (pp. 113-123). Edipucrs.
- Hetland, L., Winner, E., Veenema, S., & Sheridan, K. (2007). *Studio thinking: The real benefits of visual arts education*. Teachers College Press. Columbia University.
- Hokino, M. & Casal, H. (2001). A aprendizagem do judô e os níveis de raiva e agressividade. <http://www.efdeportes.com/efd31/raival.htm>.
- Instituto Nacional de Estatística (2022). Portal do INE. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0007860&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007860&contexto=bd&selTab=tab2)
- Kennett, J. (2001). *Perceived parental roles in stepfamilies implications for family cohesion and functionig*. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of master of arts, in the Faculty of Education, Simon Fraser University.
- Lausten, M., & Fredriksen, S. (2016). Do you love me? An empirical analysis of the feeling of love amongst children in out-of-home care. *Scottish Journal of Residential Child Care*, 15(3), 90–103. doi: 10.14324/111.444.ijsp.2017.07
- Leontiev, D. A. (2000). Funções da arte e educação estética. In J. P. Fróis (Coord.). *Educação estética e artística: abordagens transdisciplinares*. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lucas, M. (2012). *Forças nas famílias monoparentais femininas*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica no Ramo de Especialização de Família e Intervenção Sistémica, apresentada à Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.
- Marangoni, I., & Júnior, H. (2011). As relações socioafetivas na família reconstituída. *Jornada de Iniciação Científica*, 7, 1-20.
- McConnell, D., Feldman, M., Aunos, M., & Prasad, N. (2011). Parental cognitive impairment and child maltreatment in Canada. *Child Abuse and Neglect*, 35, 621–632.
- Ministério da Educação (2001). *Currículo do Ensino Básico: Competências essenciais*. Departamento de Educação Básica, Lisboa.
- O'Connor, T., & Scott, S. (2007). *Parenting and outcomes for children*. London: Joseph Rowntree Foundation.

- Oliveira, S. & Próchno, C. (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(1), 62-84.
- Ramos, N. (1993), *Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Un étude ethnopsychologique* (dissertação de doutoramento). Universidade de René Descartes, Sorbonne, Paris, França.
- Sameroff, A. (2009). *The transactional model of development: How children and contexts shape each other*. American Psychological Association, Washington, DC, USA.
- Shek, D., Xie, Q., & Lin, L. (2015). The impact of family intactness on family functioning, parental control, and parente-child relational qualities in a Chinese contexto. *Frontiers in Pediatrics* 2(149), 1-7. doi: 10.3389/fped.2014.00149
- Sigal, J., Perry, J., Rossignol, M., & Ouimet, M. (2003). Unwanted infants: Psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later. *American Journal of Orthopsychiatry*, 73(1), 3-12.
- Siqueira, A. & Dell'Aglio, D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.
- Sousa, A. (2003). *A educação pela arte e arte na educação, bases psicopedagógicas* (1º). Instituto Piaget.
- Velarde, M., & Martínez, P. (2008). Perspectiva temporal futura em adolescentes institucionalizados. *Revista de Psicologia*, XXVI(2), 256-276.
- Weber, L. (2007). *Eduque com carinho* (2ª ed). Curitiba: Juruá.